

Apresentação de

NARCOGARIMPO

ANA JÚLIA NASCI.

ANNELY. 3m2

LIAN



O QUE É?

O garimpo é uma atividade de extração de recursos minerais, como o ouro, dos solos ou cursos d'água em escala limitada e de maneira individual ou por cooperativas, utilizando-se de técnicas manuais ou, ainda, de maquinários como retroescavadeiras e dragas.

Apesar da sua importância econômica, o garimpo promove transformações na paisagem e ocasiona uma série de danos ao meio ambiente, como o desmatamento e a contaminação das águas dos rios com elementos tóxicos. Além disso, o garimpo ilegal (narcogarimpo) teve crescimento no Brasil. Um exemplo de garimpo ilegal é nas terras indígenas, como dos povos Yanomami.

YANOMAMI

De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), os povos Yanomami ocupam cerca de 192 mil quilômetros quadrados do norte da Floresta Amazônica, entre os rios Orinoco, na Venezuela, e Amazonas, no Brasil. O território Yanomami é assolado por inúmeras práticas de garimpo ilegal que agem, principalmente, dentro do estado de Roraima. Segundo relatório da Hutukara Associação Yanomami (HAY), mais de 20 mil garimpeiros clandestinos estão em atividade dentro da reserva indígena.



YANOMAMI

Já de acordo com o Ministério Público Federal, apenas em janeiro de 2022, foram registrados 216 alertas de atividades ilegais de mineração na área — um crescimento de 54% em relação ao mesmo período do ano anterior. Além do impacto ambiental causado pelo desmatamento, as invasões também levaram a um surto de malária na região.



Dados do Sivep Malária mostram que em 2020 e 2021, mais de 40 mil casos da doença foram registrados no território, um aumento de 1127% em relação a 2018. O crescimento da enfermidade coincide com o aumento da área devastada pelos garimpeiros, isso porque a movimentação dos invasores carrega cepas de malária de uma região para a outra, introduzindo a doença em áreas onde ela ainda não havia chegado. Em 21 de janeiro deste ano, o Governo Federal decretou estado de emergência sanitária nas terras Yanomami.

E os invasores não são apenas garimpeiros em busca de uma vida melhor: eles são braços do crime organizado. Grupos como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) vivem desafiando as autoridades que atuam em terras Yanomami. A atividade criminosa na reserva indígena foi batizada de “narcogarimpo”, pois além do lucro obtido com a venda dos minérios em si, as facções aproveitam para encontrar e solidificar rotas para o tráfico internacional de drogas na região.



Em entrevista para o UOL Notícias, o sociólogo Rodrigo Chagas, pesquisador do Programa de Pós Graduação “Sociedade e Fronteiras” da UFRR, conta que os aviões que transportam ouro e outros produtos da mineração, via de regra, também levam drogas contrabandeadas. A facção paulista, inclusive, encontrou um sistema de troca para ouro e ilícitos: uma grama de ouro equivale a uma grama de cocaína, ou, cerca de R\$290. São adolescentes empregados pelo PCC que comercializam drogas nos sítios de garimpo. Em março, o Governo Federal lançou uma megaoperação em conjunto com o Ibama para tentar frear as atividades criminosas no território Yanomami.

Desde o início dos trabalhos, foram destruídos 327 acampamentos de garimpeiros, 18 aviões, dois helicópteros, centenas de motores e dezenas de barcos, balsas e tratores. Mais de 36 toneladas de cassiterita, o minério mais cobiçado do local, e 26 mil litros de combustível foram apreendidos. A ministra do meio-ambiente, Marina Silva, diz que o monitoramento de satélites na região ainda identifica atividades de garimpo ilegal na região, mas que a maioria dos pontos já foi desativada. Muito da influência do PCC e do CV no território Yanomami vem através de um objeto de controle de massas o qual o povo local não tem acesso: as armas de fogo.

Dados do Exército, revelados através de um relatório do Instituto Igarapé, mostram que o número de armas de fogo nas mãos de civis dentro da Amazônia Legal (que engloba os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), pulou de 57.737 em 2018 para 184.181 em 2021, um aumento de 219% em três anos. Só entre 2021 e 2022, o tamanho do arsenal quase dobrou: foi um crescimento de 96%. A situação de invasão e depredação nas Terras Indígenas Yanomami pode ser associada ao conceito de colonialismo interno, ainda que em uma menor escala. A ideia em questão se refere, a grosso modo, à dominação de grupos étnicos, culturais ou sociais sobre outros dentro de um único país.

Essa dinâmica está enraizada na sociedade brasileira desde os anos 1500, quando os portugueses impuseram um sistema de exploração e opressão sobre os povos indígenas e os negros escravizados, o que os deixou marginalizados enquanto população. O narcogarimpo no contexto dos Yanomami é um claro exemplo de colonialismo interno em pleno 2023. Os invasores impõe uma dinâmica de exploração e dominação sobre aos povos nativos da região. Com armas de fogo e violência desmedida, o crime organizado tem com os locais uma relação muito semelhante a que os portugueses tinham com os brasileiros autóctones do século XV.



O processo de resolução para esse problema já está em andamento, são feitas operações de desintrusão. Como por exemplo a Operação Catrimani II. A ofensiva coordenada das Forças Armadas contra o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami alcançou um ponto de inflexão. Com presença contínua e ações integradas, a Operação Catrimani II alterou a dinâmica criminosa e restabeleceu o controle estatal no território. O balanço mais recente aponta queda de 98,77% das áreas de exploração ativa, de cerca de 4.570 para 56 hectares até dezembro de 2025. Até março de 2026, foram 80 pistas clandestinas interditadas e 344 prisões, com forte impacto sobre a logística ilegal. A operação apreendeu ou inutilizou 191 armas, destruiu 2.105 motores e desmobilizou 836 acampamentos, além de interditar 80 pistas clandestinas e efetuar 344 prisões, elevando o custo do crime.

Com a retração do garimpo ilegal, comunidades retomam caça, pesca e agricultura de subsistência, reforçando segurança alimentar e práticas culturais, e reduzindo impactos sobre rios e áreas de roça.

A presença do Estado inibe redes criminosas e melhora a percepção de segurança, com menor circulação de aeronaves irregulares e menor pressão sobre postos de saúde e escolas indígenas.

OBRIgADO

pela atenção

